

Marcos Aurélio Sloniak



TRABALHO PRISIONAL NO REGIME FECHADO

**Entre a Lei de Execução Penal
e a Realidade Vivenciada**

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-5177-6

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Sloniak, Marcos Aurélio.

S634 Trabalho prisional no regime fechado: entre a lei de
execução penal e a realidade vivenciada./ Marcos Aurélio
Sloniak./ Curitiba: Juruá, 2015.
242p.

1. Sistema prisional. 2. Execução penal. I. Título.

CDD 345.01 (22.ed.)

CDU 343.26

00172

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
Capítulo 1 – AS TEORIAS DA PENA E O TRABALHO PRISIONAL	27
1.1 O Suplício e a Transição de Modelo Punitivo.....	29
1.1.1 O Ideal de Justiça da Teoria Absoluta	31
1.1.1.1 O imperativo categórico de Kant	33
1.1.1.2 A ordem jurídica de Hegel	34
1.2 A Evolução das Teorias Penais: da Escola Clássica às Propostas Con- temporâneas	35
1.2.1 A Teoria Relativa ou Preventiva.....	37
1.2.1.1 A Teoria da Prevenção Geral e a coação psicológica.....	37
1.2.1.2 A Teoria da Prevenção Especial e o discurso ressocializa- dor	39
1.2.1.3 O utilitarismo da pena em Cesare Beccaria.....	42
1.2.1.4 O trabalho prisional como utilidade da pena por Jeremy Bentham	44
1.2.2 As Teorias Unificadoras ou Mistas.....	47
1.2.3 As Modernas Teorias da Pena: do finalismo teleológico ao sis- têmico	49
1.2.3.1 A teoria negativa ou agnóstica da pena	51
1.2.4 A Finalidade das Penas nas Teorias Criminológicas	53
1.2.4.1 A criminologia positivista	53
1.2.4.1.1 O atavismo lombrosiano e o trabalho prisional	54
1.2.4.1.2 O discurso sociológico de Enrico Ferri e o trabalho prisional	55
1.2.4.1.3 O discurso jurídico de Rafeale Garófalo e o trabalho prisional	57

1.2.4.2	A criminalidade e a Escola de Chicago	58
1.2.4.3	Transformações da sociologia criminal e mudança paradigmática: do <i>labeling approach</i> à criminologia crítica	61
1.2.4.3.1	Pena e tratamento social.....	62
1.2.4.3.2	A conduta desviante e o <i>labeling approach</i>	64
1.2.4.3.3	A criminologia crítica e a mudança de paradigma	65
1.3	A Prisão como Arquitetura do Castigo Útil	68
1.3.1	A Casa de Correção e a Exploração Econômica Pelo Trabalho Forçado	68
1.3.2	A Gênese da Instituição Penitenciária e o Discurso do Trabalho Utilitário.....	72
1.4	O Sistema Filadélfia: Confinamento e Reflexão	74
1.5	O Sistema de Auburn: Silêncio e Trabalho em Comum	76
1.6	O Sistema Panóptico de Bentham	77
1.7	Outros Sistemas Prisionais.....	79
1.8	Prisão: a Disciplina do Corpo e o Controle da Alma	81

Capítulo 2 – A LEGITIMAÇÃO DO TRABALHO PRISIONAL NA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA		87
2.1	O Trabalho Prisional na Legislação Internacional	88
2.2	O Trabalho Prisional na Construção do Sistema Penitenciário Brasileiro Após a Independência do Brasil: a Estratificação Social e Escravocrata	93
2.2.1	O Nascimento da Casa de Correção do Rio de Janeiro.....	97
2.2.2	O Novo Regimento da Casa de Correção e o Continuísmo Punitivo.....	100
2.3	O Brasil Republicano e a Construção de um Modelo Penitenciário: Desafios e Influências	102
2.4	O Código Penal de 1940 e as Racionalidades Punitivas	105
2.5	A Legislação Precedente da Lei de Execução Penal.....	108
2.5.1	Anteprojeto do Código Penitenciário de 1933: o Trabalho Prisional Como Possibilidade de “Cura” Para a Patologia Criminosa.....	109
2.5.2	O Anteprojeto de 1957 e o Alinhamento Com as Regras da ONU..	113
2.5.3	O Anteprojeto de 1963 e a Influência Sociológica	115
2.5.4	O Anteprojeto de 1970 e a Pretensão de Uma Pena Humanitária ...	117

2.5.5	O Anteprojeto de 1981 e o Nascimento da Lei de Execuções Penais: a Influência da Nova Escola da Defesa Social.....	119
2.5.5.1	O contexto histórico da proposta da Lei de Execução Penal de 1984.....	121
2.5.6	A Lei de Execução Penal: Avançada no Conteúdo e Retrógrada na Efetividade.....	122
2.5.6.1	O novo anteprojeto da LEP e o trabalho prisional no século XXI.....	124

Capítulo 3 – POLÍTICA PENITENCIÁRIA E TRABALHO PRISIONAL.....	127	
3.1	Política Pública: Conceito e Formulação.....	129
3.2	A Política Penitenciária Brasileira.....	133
3.2.1	O Trabalho Prisional e as Políticas Penitenciárias: do Pronasci ao PNMSP.....	135
3.2.1.1	Segurança Pública com Cidadania: as perspectivas do Pronasci e os reflexos no trabalho prisional como Política Penitenciária.....	135
3.2.1.2	O Programa Nacional de Modernização do Sistema Penitenciário e os desafios da arquitetura prisional voltada para a humanização da pena.....	138
3.3	O Trabalho Prisional como Parte da Política Penitenciária.....	141
3.3.1	Pronatec: Capacitação Profissional e Inclusão Social Para o Preso.....	143
3.3.2	O Procap e a Criação de Oficinas de Trabalho Para o Regime Fechado.....	145
3.4	A Estruturação do Sistema Penitenciário Brasileiro.....	149
3.4.1	As Características da Pena no Regime Fechado.....	155
3.5	A Estruturação do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.....	159
3.5.1	As Unidades Destinadas ao Regime Fechado no Distrito Federal... ..	163
3.5.2	A Estruturação das Atividades Educacionais na PDF.....	167
3.5.3	O Desenvolvimento de Atividades Laborais na Penitenciária do Distrito Federal.....	170
3.5.3.1	O trabalho interno e não remunerado.....	170
3.5.3.2	O outro trabalho: capacitação profissional desenvolvida pela Funap.....	174
3.6	O Ócio e a Pena Privativa de Liberdade: Perspectivas.....	177

Capítulo 4 – TRABALHO PRISIONAL: ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	181
4.1 A Construção da Categoria Representação Social	183
4.2 A Coleta de Dados Através das Entrevistas	188
4.3 O Grupo de Participantes	190
4.4 A Percepção do Sistema Penitenciário Brasileiro na Pauta Governamental de Políticas Públicas.....	191
4.5 O Trabalho Prisional Como Meio de Intervenção do Estado Durante o Cumprimento da Pena Privativa de Liberdade	195
4.6 A Representação do Trabalho Prisional no Regime Fechado Sob a Perspectiva das Elites do Sistema Penitenciário	198
4.7 O Desenvolvimento do Trabalho Prisional nas Unidades de Regime Fechado do Distrito Federal	202
4.8 O Produto do Cárcere Diante da Ausência de Políticas Públicas Durante a Pena Privativa de Liberdade	206
CONCLUSÃO	211
REFERÊNCIAS	217
ÍNDICE ALFABÉTICO	227